



**Standard
Invest**

Nome do Documento: Política de Proteção de Dados
Nível: Standard Invest
Tipo: Compliance
Responsável: Director de Compliance
Aprovado Por: Conselho de Administração
Data de Aprovação: 25/04/2024
Data de Revisão: 25/04/2026

Este documento foi classificado como CONFIDENCIAL e para USO EXCLUSIVAMENTE INTERNO, tendo sido elaborado unicamente para uso interno na Standard Invest. É proibida a divulgação deste documento, por quaisquer meios, fora do Standard Invest. S.U. e/ou do Grupo Standard Bank, salvo se prévia e expressamente autorizada, por escrito, pelo administrador da política.

Índice

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 3 |
| 2. Obejctivos | 3 |
| 3. Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais | 4 |
| 4. Encarregado pela Protecção de Dados Pessoais | 4 |
| 5. Princípios Gerais do Tratamento de Dados Pessoais | 4 |
| 6. Dados Pessoais Recolhidos e Tratados | 5 |
| 7. Meios de Recolha de Dados Pessoais | 5 |
| 8. Direitos dos Titulares de Dados Pessoais | 6 |
| 9. Deveres do Titular de Dados Pessoais | 7 |
| 10. Finalidade do Tratamento de Dados Pessoais | 8 |
| 11. Destinatários dos Dados Pessoais | 8 |
| 12. Consentimento do Titular de Dados Pessoais | 9 |
| 13. Prazo de Conservação dos Dados Pessoais | 9 |
| 14. Medidas de Segurança | 10 |
| 15. Incumprimento da Política em Vigor | 11 |
| 16. Aprovação, Divulgação e Avaliação | 11 |

1. Introdução

O presente documento estabelece a Política de Privacidade e Protecção de Dados da Standard Invest – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários – , (SU), SA. (doravante “Standard Invest” ou “Sociedade”).

A Standard Invest tem como objectivo primordial proceder, em todos os domínios em que intervém, em total concordância com as normas aplicáveis, satisfazendo as respectivas especificações de cada uma. A Protecção de Dados Pessoais e a Privacidade dos clientes é de extrema relevância para a Standard Invest, refletindo-se no valor da presente política e da sua importância para a confiança que os Clientes depositam na Sociedade. O Direito à privacidade traduz-se também no respeito pela reserva à vida privada dos clientes face ao tratamento de dados pessoais que lhes digam respeito.

A protecção dos dados pessoais, da confidencialidade e da reserva da vida privada assume um papel fundamental no contexto da salvaguarda dos direitos primordiais dos cidadãos, reconhecidos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

2. Objectivos

A Standard Invest procede à recolha e tratamento dos dados pessoais dos clientes necessários ao desenvolvimento da sua actividade, assegurando que o seu tratamento é feito de acordo com a legislação assente no Código dos Valores Mobiliários da República de Angola, Lei nº 22/11 de 22 de Junho e na demais legislação aplicável.

O objectivo desta Política é de informar os Clientes da Standard Invest de forma transparente para que finalidades explícitas e legítimas os seus dados pessoais são recolhidos e tratados, a cada instante da relação comercial entre a Standard Invest e o cliente, assim como a legitimidade dos procedimentos essenciais a que a SI procede.

A Sociedade poderá ainda ter de tratar os dados pessoais dos seus clientes de acordo com as exigências legais extensíveis, em assunto de prevenção e combate ao terrorismo financeiro e branqueamento de capitais. Por outro lado, não está previsto nesta política o tratamento dos dados pessoais dos clientes para outras finalidades.

3. Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais

O responsável pela recolha e tratamento dos dados pessoais é a própria Standard Invest, sendo a sua identificação disponibilizada aos clientes no momento da recolha dos dados pessoais.

4. Responsável pela Protecção de Dados Pessoais

Dentro da Standard Invest, o responsável pela protecção de dados pessoais é a função de *Compliance*.

5. Princípios Gerais do Tratamento de Dados Pessoais

Para o tratamento dos dados pessoais dos seus clientes, a Standard Invest segue os Princípios Gerais definidos no Código dos Valores Mobiliários da República de Angola:

- A. Princípio da Transparência (Artigo 6º do Código dos Valores Mobiliários)** – o tratamento dos dados pessoais deve processar-se de forma transparente, em estrito respeito pelo princípio da reserva da vida privada, bem como pelos direitos, liberdades e garantias públicas fundamentais previstos na Constituição da República da Angola e na presente lei. Para estes efeitos, os dados pessoais devem ser conservados de forma a permitir o exercício aos seus titulares dos direitos de acesso, informação, rectificação, cancelamento e oposição, conforme disposto da presente lei;
- B. Princípio da Licitude (Artigo 7º do Código dos Valores Mobiliários)** – o tratamento de dados pessoais deve ser efectuado de forma lícita e leal, com respeito da boa-fé. O tratamento de dados pessoais que conduza a uma discriminação arbitrária e ilícita em relação ao seu titular é considerado contrário ao princípio da boa-fé;
- C. Princípio da Proporcionalidade (Artigo 8º do Código dos Valores Mobiliários)** – os dados pessoais sujeitos a tratamento devem ser pertinentes, adequados e não excessivos relativamente às finalidades que legitimaram a sua recolha e tratamento;
- D. Princípio da Finalidade (Artigo 9º do Código dos Valores Mobiliários)** – os dados pessoais são recolhidos e tratados para finalidades determinadas, explícitas e legítimas de acordo com o definido em diploma próprio. É proibido o tratamento de

dados pessoais para fins distintos ou incompatíveis com aqueles que originam a sua recolha e tratamento, salvo se:

- i. o titular dos dados tiver dado o seu consentimento;
- ii. o tratamento tenha fins estatísticos e os dados sejam anonimizados para o seu efeito;
- iii. o tratamento tenha por objectivo a prevenção, investigação e repressão criminal.

E. Princípio da Veracidade (Artigo 10º do Código dos Valores Mobiliários) – os dados pessoais sujeitos a tratamento devem ser exactos e verdadeiros;

F. Princípio da Duração do Período da Conservação (Artigo 11º do Código dos Valores Mobiliários) – os dados pessoais devem ser conservados de forma a permitir a identificação dos seus titulares apenas durante o tempo necessário à prossecução das finalidades que originam a sua recolha e tratamento, devendo ser posteriormente eliminados ou tornados anónimos.

6. Dados Pessoais Recolhidos e Tratados

Os tipos de dados pessoais que a Standard Invest recolhe e trata, podem incluir, sem carácter limitativo:

- **Dados Pessoais:** Nome; filiação; número, data de emissão e data de validade do documento de identificação; endereço de residência; contacto telefónico e de email; naturalidade e nacionalidade; data de nascimento; estado civil; ocupação profissional; rendimentos; imagem (fotografia).
- **Informação financeira:** salário/rendimento mensal; extractos de conta; informações da posição de crédito e solvabilidade.

7. Meios de Recolha de Dados Pessoais

A Standard Invest obtém os dados pessoais dos seus Clientes através dos seguintes meios de recolha:

- **Inquéritos** – A Standard Invest procederá à recolha de dados fornecidos directamente pelos titulares de dados pessoais através do preenchimento de inquéritos de satisfação;
- **Formulários** – A Standard Invest procederá à recolha de dados fornecidos directamente pelos titulares de dados pessoais através do preenchimento dos formulários de abertura de conta online e presenciais;
- **Na aquisição de produtos e Serviços** – A Standard Invest procederá à recolha de dados fornecidos directamente pelos titulares de dados pessoais no processo de subscrição de novos produtos e serviços;
- **Utilização de Cookies** – A Standard Invest procederá à recolha de dados relativos à utilização dos sites e aplicações (e.g. páginas visitadas; preferências do utilizador), obtidos através de cookies da Sociedade ou de entidades terceiras;
- **Dados obtidos de entidades terceiras** - A Standard Invest procederá à recolha de dados obtidos junto de entidades terceiras com quem trabalha, incluindo a BODIVA, Banco Nacional de Angola e outras autoridades públicas.

8. Direitos dos Titulares de Dados Pessoais

A Standard Invest em concordância com as Leis da República de Angola em matéria de protecção de dados, assentes na Lei nº 22/11 do Código dos Valores Mobiliários, seguirá os seguintes Direitos no tratamento dos dados pessoais dos seus clientes:

- A. Direito de Informação (Artigo 25º do Código dos Valores Mobiliários)** - o responsável pelo tratamento de dados pessoais deve disponibilizar aos titulares pelo menos a seguinte informação:
- i. Identidade e morada do responsável pelo tratamento;
 - ii. As finalidades do tratamento e a criação de um ficheiro com a referida finalidade;
 - iii. A existência e condições do direito de acesso e de rectificação, actualização, eliminação e oposição;
 - iv. As consequências da recolha de dados sem o consentimento do titular.

Quando os dados pessoais forem recolhidos directamente do titular destes, a informação deve ser prestada no momento da sua recolha, excepto se já tiver sido prestada em momento prévio e esta informação deve ser prestada de forma clara, precisa e objectiva.

- B. Direito de Acesso (Artigo 26º do Código dos Valores Mobiliários)** – o titular de dados pessoais tem o direito de obter do responsável pelo tratamento de forma livre, sem restrições e sem custos excessivos informação sobre se são ou não tratados dados que lhe digam respeito, quais as finalidades desse tratamento, as categorias de dados sobre que incide e os destinatários ou categorias de destinatários a quem são comunicados os dados. Mais, o responsável pelo tratamento deve ainda comunicar ao titular os dados específicos objecto de tratamento, bem como quaisquer informações disponíveis sobre a origem desses dados;
- C. Direito de Oposição (Artigo 27º do Código dos Valores Mobiliários)** – o titular de dados tem o direito de se opor ao tratamento dos seus dados para efeitos de comercialização directa;
- D. Direito de Rectificação, Actualização e Eliminação (Artigo 28º do Código dos Valores Mobiliários)** – é assegurado ao titular dos dados pessoais os direitos de rectificação, actualização ou eliminação dos seus dados pessoais cujo tratamento não cumpra o disposto na Lei nº22/11 do Código dos Valores Mobiliários da República de Angola, nomeadamente devido ao carácter incompleto ou inexacto desses dados. Por outro lado, o responsável pelo tratamento dos seus dados é obrigado a assegurar o direito de rectificação, actualização e eliminação de dados num período de 60 dias úteis.

9. Deveres do Titular de Dados Pessoais

Os titulares de dados pessoais (clientes da Standard Invest) devem comprometer-se a actualizar a sua informação sempre que surja uma alteração nos seus dados.

A Standard Invest disponibilizará no seu website oficial um conjunto de informações sobre os cuidados para garantir a segurança informática dos seus clientes e a

salvaguarda dos seus dados pessoais. Assim, caberá aos clientes adoptarem as medidas necessárias para precaver a confidencialidade dos seus dados aquando da sua alteração.

10. Finalidade do Tratamento de Dados Pessoais

Os dados pessoais dos Clientes da Standard Invest e demais titulares de dados são recolhidos e tratados pela sociedade tendo em conta as seguintes finalidades:

- A. Gestão de Relação com o Cliente** - tratamento de dados com finalidade de manter a relação dos clientes da Standard Invest e cumprimento das políticas e procedimentos internos da desta para a manutenção da relação com os seus clientes;
- B. Verificação do KYC actualizado do Cliente** - tratamento de dados com finalidade de cumprimento de obrigações legais em matéria de identificação e diligência dos seus clientes;
- C. Onboarding** - tratamento de dados com finalidade de contratação de novos clientes e cumprimento das políticas e procedimentos internos da Standard Invest para o onboarding de clientes;
- D. Gestão de Risco** - tratamento dos dados necessários para o exercício da função da gestão de risco a que a Standard Invest está sujeita;
- E. Cumprimento legal** - tratamento dos dados indispensáveis para certificar que a Standard Invest cumpre as obrigações legais a que está sujeita.

11. Destinatários dos Dados Pessoais

Os dados pessoais são cedidos pela Standard Invest no cumprimento das obrigações legais e pré contractuais, podendo ser partilhados com as restantes entidades do Standard Bank Group (SBG), do qual a Standard Invest faz parte.

Por outro lado, a Standard está obrigada por lei a comunicar os dados pessoais dos seus clientes às entidades reguladoras que supervisionam a sua actividade e a outras entidades públicas, respectivamente:

- a. Banco Nacional de Angola (BNA);
- b. Comissão do Mercado de Capitais (CMC);
- c. Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA);

12. Consentimento do Titular de Dados Pessoais

O titular de dados pessoais deve capacitar a Standard Invest a tratar de determinados dados mediante a prestação do seu consentimento livre, expresso, informado e através de um acto declarado (oral ou mediante outro meio compatível).

O Cliente pode ainda retirar o seu consentimento a qualquer momento ao entrar em contacto com a função de *Compliance* da Standard Invest.

Consentimento na Política de Cookies

Cookies definem-se como pequenas etiquetas de software que são armazenadas através do browser, retendo apenas a informação relacionada com as preferências do Cliente, não incluindo os seus dados pessoais.

A Standard Invest utiliza no seu website oficial cookies que permitiam melhorar o desempenho e a experiência de navegação dos titulares de dados pessoais, aumentando, por um lado, a eficiência e rapidez de resposta, e por outro lado, eliminando a necessidade de inserir sistematicamente as mesmas informações.

Todos os browsers permitem ao seu utilizador aceitar, recusar ou alterar cookies, principalmente através da selecção das definições adequadas.

Consentimento na Realização de Propostas

A Standard Invest pedirá ainda o consentimento dos seus clientes na realização de propostas e personalização destas, com base nos perfis dos titulares de dados pessoais, de modo a antecipar as suas necessidades e na realização de qualquer proposta electrónica de produtos e/ou serviços que não seja semelhante àqueles que subscreveu.

13. Prazo de Conservação dos Dados Pessoais

A Standard Invest irá conservar e tratar os dados pessoais dos seus clientes somente durante o período que se revele necessário e/ou obrigatório para o cumprimento desses fins (sendo como tal em geral conservados durante o período pelo qual o Cliente mantenha a sua relação com a Sociedade) e estes serão mantidos na base de dados

enquanto o perfil do Cliente estiver activo. Os dados pessoais serão arquivados com a duração máxima de 10 anos.

Por outro lado, no caso dos tratamentos sustentados no consentimento, os dados serão eliminados assim que o seu titular retire o consentimento ou exerça o seu direito de eliminação destes.

14. Medidas de Segurança

Para garantir a protecção da segurança dos dados pessoais que são disponibilizados, a Standard Invest adoptou diversas medidas de segurança assentes na Lei nº22/11 do Código dos Valores Mobiliários da República de Angola, de forma a proteger os dados dos seus clientes contra a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados ou contra qualquer outra forma de tratamento ilícito:

A. Segurança do Tratamento (Artigo 30º do Código dos Valores Mobiliários)– o responsável pelo tratamento deve colocar em prática as medidas técnicas e organizativas, e estabelecer níveis de segurança adequados, para proteger os dados pessoais contra a destruição total ou parcial, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração total ou parcial, a difusão ou o acesso não autorizados, fundamentalmente quando o tratamento implicar a sua transmissão em rede contra qualquer forma de tratamento ilícito;

B. Medidas Especiais de Segurança (Artigo 31º do Código dos Valores Mobiliários) –

o responsável pelo tratamento dos dados deve tomar as medidas adequadas para:

- v. impedir o acesso de pessoa não autorizado aos ficheiros e às instalações utilizadas para o tratamento desses dados;
- vi. Impedir que os suportes de dados pessoais possam ser lidos, copiados, alterados ou retirados por pessoas não autorizadas;
- vii. Impedir a introdução não autorizada, bem como a tomada de conhecimento, a alteração ou a eliminação não autorizadas de dados pessoais inseridos;
- viii. Impedir que sistemas de tratamento automatizados de dados possam ser utilizados por pessoas não autorizadas através de instalações de transmissão de dados;

- ix. Garantir que só pessoas autorizadas possam ter acesso aos dados abrangidos pela autorização;
- x. Garantir a verificação das entidades a quem possam ser transmitidas os dados pessoais através das instalações de transmissão de dados;
- xi. Garantir que se possa verificar à *posteriori*, em prazo adequado à natureza do tratamento conforme aplicado em regulação aplicável;
- xii. Impedir que na transmissão de dados pessoais, bem como no transporte do seu suporte, os dados possam ser lidos, copiados, alterados ou eliminados;

C. Sigilo Profissional (Artigo 32º do Código dos Valores Mobiliários) - Os responsáveis do tratamento de dados pessoais, bem como as pessoas que, no exercício das suas funções, tenham conhecimento dos dados pessoais tratados, ficam obrigados a sigilo profissional, mesmo após o termo das suas funções. A violação do sigilo profissional obriga os seus autores à responsabilidade criminal.

15. Incumprimento da Política em Vigor

O incumprimento do estabelecido na presente Política constitui uma grave violação dos deveres de conduta e, em consequência podem ser aplicadas medidas disciplinares, sanções contratuais ou eventual responsabilidade criminal.

16. Aprovação, Divulgação e Avaliação

Cabe ao Conselho de Administração rever e aprovar anualmente, ou sempre que necessário, a Política de Privacidade e Protecção de Dados da Standard Invest por forma a garantir que se mantém actual e apropriada para o cumprimento do seu propósito.

A presente Política é internamente divulgada junto de todos os colaboradores e Conselho Fiscal e encontra-se disponível para consulta no website da Standard Invest.

Anexo 1: Definições

Consentimento do titular dos dados: qualquer manifestação de livre vontade, específica, informada e explícita, independentemente do suporte, no qual o titular dos dados autoriza o seu consentimento;

Dados Pessoais: qualquer informação, seja qual for o seu suporte ou natureza, incluindo imagem e som, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular de dados). É considerada identificável a pessoa que possa ser identificada, directa ou indirectamente, designadamente por referência a um número de identificação ou à combinação de elemento específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, social ou cultural;

Dados sensíveis: dados pessoais referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada, origem racial ou étnica, saúde e vida sexual, incluindo os dados genéticos;

Destinatário: a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública ou qualquer outro organismo a quem sejam comunicados os dados pessoais dos clientes, independentemente de se tratar ou não de um terceiro;

Ficheiro de dados pessoais: qualquer conjunto estruturado de dados pessoais, independentemente da sua forma ou modalidade de criação, organização, conservação e acesso aos dados;

Responsável pelo Tratamento: pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública ou qualquer outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outrem, determine as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais;

Terceiro: a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública ou qualquer outro organismo que, não sendo o responsável pelo tratamento de dados, tenha acesso e esteja habilitado a tratar os dados.